

Tucano F1 Geração de Energias SPE S.A.

Demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2021

ÍNDICE

Relatório dos Auditores Independentes sobre as demonstrações contábeis 1

Demonstrações contábeis auditadas

Balancos patrimoniais 3

Demonstrações dos resultados 4

Demonstrações dos resultados abrangentes 5

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido 6

Demonstrações dos fluxos de caixa 7

Notas explicativas às demonstrações contábeis 8



KPMG Auditores Independentes Ltda.

Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A

04711-904 - São Paulo/SP - Brasil

Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil

Telefone +55 (11) 3940-1500

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Aos Administradores e Acionistas da

Tucano F1 Geração de Energias SPE S.A.

Tucano – BA

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Tucano F1 Geração de Energias SPE S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Tucano F1 Geração de Energias SPE S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (*IFRS*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (*IFRS*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

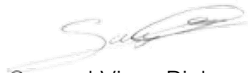
Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 13 de dezembro de 2022.

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP014428/O-6



Samuel Viero Ricken
Contador CRC SC-030412/O-1

TUCANO F1 GERAÇÃO DE ENERGIAS SPE S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

	Notas	2021	2020		Notas	2021	2020
<u>ATIVO CIRCULANTE</u>				<u>PASSIVO CIRCULANTE</u>			
Caixa e equivalentes de caixa	4	33	1.367	Fornecedores	9	3.939	1.349
Tributos e contribuições sociais compensáveis		62	55	Tributos a pagar	10	348	147
Contas a receber partes relacionadas	5	183	-	Dividendos a pagar		2	2
TOTAL ATIVO CIRCULANTE		278	1.422	Contas a pagar a partes relacionadas		1	-
				TOTAL PASSIVO CIRCULANTE		4.290	1.498
<u>ATIVO NÃO CIRCULANTE</u>				<u>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</u>			
Outros créditos	6	662	112	Passivo de arrendamento	11	3.758	3.414
Imobilizado, líquido	7	76.182	22.507	Cauções em garantias	12	2.266	2
Intangível, líquido	8	2.699	1.182	TOTAL PASSIVO NÃO CIRCULANTE		6.024	3.416
TOTAL ATIVO NÃO CIRCULANTE		79.543	23.801	<u>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>			
				Capital social subscrito		87.591	174.673
				Capital social a integralizar		(18.046)	(154.459)
				Reserva legal		-	5
				Dividendos adicionais propostos		90	90
				Prejuízos acumulados		(128)	-
				TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO	13	69.507	20.309
TOTAL DO ATIVO		79.821	25.223	TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		79.821	25.223

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

TUCANO F1 GERAÇÃO DE ENERGIAS SPE S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

	Notas	2021	2020
DESPESAS OPERACIONAIS			
Gerais e administrativas	14	(133)	(6)
Outras despesas operacionais		(4)	-
TOTAL DAS DESPESAS OPERACIONAIS		(137)	(6)
Receitas financeiras		10	146
Despesas financeiras		(6)	(12)
TOTAL DO RESULTADO FINANCEIRO	15	4	134
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO		(133)	128
Imposto de renda e contribuição social correntes		-	(12)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		-	(19)
TOTAL DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO		-	(31)
(PREJUÍZO) LUCRO DO EXERCÍCIO		(133)	97

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

TUCANO F1 GERAÇÃO DE ENERGIAS SPE S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

	2021	2020
(PREJUÍZO) LUCRO DO EXERCÍCIO	(133)	97
Outros resultados abrangentes	-	-
TOTAL DE RESULTADOS ABRANGENTES DO EXERCÍCIO, LÍQUIDO DE IMPOSTOS	(133)	97

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

TUCANO F1 GERAÇÃO DE ENERGIAS SPE S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

Descrição	Notas	Capital social subscrito	Capital a integralizar	Reservas		(Prejuízos) Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
				Reserva legal	Dividendos adicionais propostos		
Saldos em 31 de dezembro de 2019 - não auditado		724	(10)	-	-	-	714
Aumento de capital		173.949	-	-	-	-	173.949
Capital Social a integralizar		-	(154.449)	-	-	-	(154.449)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	97	97
Constituição da Reserva Legal		-	-	5	-	(5)	-
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	(2)	(2)
Dividendos adicionais propostos		-	-	-	90	(90)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020		174.673	(154.459)	5	90	-	20.309
Integralização de capital		-	49.331	-	-	-	49.331
Redução do capital		(87.082)	87.082	-	-	-	-
Baixa da Reserva Legal		-	-	(5)	-	5	-
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	(133)	(133)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	13	87.591	(18.046)	-	90	(128)	69.507

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

TUCANO F1 GERAÇÃO DE ENERGIAS SPE S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de reais – R\$)

	Notas	2021	2020
<u>Atividades operacionais:</u>			
(Prejuízo) Lucro do exercício		(133)	97
<u>Ajustes para conciliar o lucro (prejuízo) líquido do exercício com o caixa das atividades operacionais:</u>			
Depreciação e amortização	7	137	86
Atualização monetária	15	1	-
Juros sobre arrendamentos	11	344	258
Receita aplicação financeira em investimento de curto prazo	15	(8)	(153)
		<u>341</u>	<u>288</u>
Variação de ativos e passivos operacionais		1.733	94
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		2.074	382
<u>Atividades de investimentos:</u>			
Aquisições de ativo imobilizado e intangível	7	(52.739)	(18.668)
Aplicação (resgates) em investimentos de curto prazo		-	153
Caixa líquido gerado nas atividades de investimentos		(52.739)	(18.515)
<u>Atividades de financiamentos:</u>			
Integralização de capital	13	49.331	19.500
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamentos		49.331	19.500
<u>Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa</u>			
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa		(1.334)	1.367
		<u>1.367</u>	<u>-</u>
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	4	33	1.367

1 INFORMAÇÕES GERAIS

A Tucano F1 Geração de Energias SPE S.A. (“Companhia”), cuja sede está localizada na Fazenda Canto Rico Quererá, na cidade de Tucano, Estado da Bahia, é uma sociedade por ações de capital fechado. Foi constituída em 08 de outubro de 2019 e tem por objeto social a geração e o comércio atacadista de energia elétrica. A Companhia é integrante do complexo eólico Tucano, localizado no Estado da Bahia. Por meio da Resolução Autorizativa nº 8.825 de 19 de maio de 2020 a ANEEL autorizou a Companhia por 35 (trinta e cinco) anos a implantar e explorar a Central Geradora Eólica Tucano F1, sob o regime de produção independente de Energia Elétrica, localizada no município de Tucano, no estado da Bahia. Atualmente, o parque se encontra em construção com previsão para a entrada em operação a partir de fevereiro de 2023. A companhia possui potência instalada de 43,4 MW e garantia física de 19,0MWh.

Em 13 de fevereiro de 2020, a Companhia passou a ser controlada diretamente pela Tucano Holding II S.A. e indiretamente pela AES Brasil Operações S.A. (anteriormente denominada AES Tietê Energia S.A) (“AES Tietê”) e pela The AES Corporation (sediada nos Estados Unidos da América).

Comercialização de energia

Em 03 de setembro de 2020 a Companhia firmou um contrato de compra e venda de energia com a AES Brasil Operações S.A. (anteriormente denominada AES Tietê Energia S.A) e em parceria com a Anglo American Níquel Brasil Ltda. para fornecimento de 70 MW médio pelo período de 15 anos com início a partir de fevereiro de 2023.

Contrato	Energia anual contratada (MWh)			Prazo			
	Compradora	Energia anual contratada MWh	Preço médio atualizado MWh	Inicial	Final	Índice de correção	Mês de reajuste
PPA Anglo (ACL)	AES TIETÊ (ANGLO)	613.200	142,00	2023	2037	IPCA	Janeiro

Impactos do Coronavírus (COVID-19) nas demonstrações contábeis

O mundo ainda vive em cenário de pandemia, ocasionado pela propagação da COVID-19 e tem causado sérios impactos, provocando intensa volatilidade nos mercados financeiros e de capitais mundialmente.

No decorrer de 2020 foi criado o Comitê de Gestão de Riscos e Crise, liderado pela Diretoria de Tesouraria e Riscos, com o objetivo de avaliar, monitorar e aplicar todas as medidas necessárias pela garantia da segurança e redução máxima de riscos às pessoas e aos negócios. Nesse sentido, a Companhia mantém o acompanhamento para revisar e modificar seus planos à medida que as condições mudarem.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia não apurou impactos relevantes nos resultados financeiros e nas operações que possam comprometer a capacidade de seus projetos.

2 BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Em 13 de dezembro de 2022, a Diretoria da Companhia autorizou a conclusão das presentes demonstrações contábeis, submetendo-as nesta data à aprovação dos Acionistas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis estão preparadas de acordo com práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs), além das normas internacionais de contabilidade (International Financial Reporting Standards – IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB.

A Companhia considerou as orientações contidas na Orientação Técnica OCPC 07 na elaboração das suas demonstrações contábeis. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis estão evidenciadas nas notas explicativas e correspondem às utilizadas pela Administração da Companhia na sua gestão.

2.2 Continuidade operacional

Em 31 de dezembro de 2021, ainda em fase pré-operacional, com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a Administração avaliou a capacidade da Companhia e, apesar de apresentar prejuízo no montante de R\$133 (lucro de R\$97 em 31 de dezembro de 2020) e capital circulante líquido negativo na demonstração financeira de 31 de dezembro de 2021, no montante de R\$4.012 (R\$76 em 31 de dezembro de 2020), está convencida de que suas operações terão fluxo de caixa suficiente para honrar seus compromissos de curto prazo, pois caso o caixa não seja suficiente para honrar seus compromissos, a Companhia dependerá de aporte de recursos por parte de seu acionista .

Adicionalmente, a Companhia possui acesso ao mercado de capitais e efetuou uma captação de dívida e aguarda início de operação em fevereiro de 2023 (nota nº 19 de eventos subsequentes). Ainda, a administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

Esta afirmação é baseada nas expectativas da Administração em relação ao futuro da Companhia, sendo consistentes com o seu plano de negócios. A Companhia prepara no início de cada exercício, Planos de Negócios Anual e Quinquenal, que compreendem os orçamentos anuais e plurianuais, todos os planos de investimento de capital, os planos estratégicos e os programas de manutenção das instalações da Companhia. Os planos são acompanhados durante o exercício pelos órgãos de governança da Companhia, podendo sofrer alterações.

3 POLÍTICAS CONTÁBEIS E ESTIMATIVAS

As principais políticas contábeis e estimativas, aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis, estão definidas a seguir. Estas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados

3.1 Perda por redução ao valor recuperável de ativos não circulantes ou de longa duração

A Companhia revisa, no mínimo anualmente, a existência de eventos ou mudanças que possam indicar deterioração no valor recuperável dos ativos não circulantes ou de longa duração. O valor recuperável é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Administração avaliou que não há qualquer indicativo de que os valores contábeis de seus ativos não circulantes ou de longa duração, não serão recuperados através de operações futuras.

3.2 Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

3.3 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Companhia faz o uso de julgamentos e estimativas, com base nas informações disponíveis, bem como adota premissas que impactam os valores das despesas, ativos e passivos. Quando necessário, os julgamentos e as estimativas estão suportados

por pareceres elaborados por especialistas. A Companhia adota premissas derivadas de sua experiência e outros fatores que entende como razoáveis e relevantes nas circunstâncias. As premissas adotadas pela Companhia são revisadas periodicamente no curso ordinário dos negócios.

As principais premissas e estimativas utilizadas na elaboração das demonstrações contábeis e apresentadas nas notas explicativas são:

- (i) arrendamento; e,
- (ii) valor justo de instrumentos financeiros.

Provisões para processos judiciais

Provisões são constituídas para os processos em que seja provável uma saída de recursos para liquidá-los e sobre as quais seja possível realizar uma estimativa razoável do valor a ser desembolsado. A avaliação da probabilidade de perda por parte dos consultores legais da Companhia inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como, a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos e decisões de tribunais. Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 não há processos judiciais a serem provisionados ou divulgados.

As demais políticas contábeis estão descritas em suas respectivas notas explicativas.

3.4 Pronunciamentos novos ou alterados que estão vigentes em 31 de dezembro de 2021

A Companhia avaliou os novos pronunciamentos ou alterações realizadas aos pronunciamentos já existentes, e quando aplicável, os implementou conforme requerido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”).

As novas normas contábeis ou aquelas alteradas que passaram a vigorar para períodos anuais iniciados em, ou após 1º de janeiro de 2021, estão evidenciadas a seguir:

- Alterações ao CPC 06 (R2) | Arrendamentos

As alterações preveem concessão aos arrendatários na aplicação das orientações do CPC 06 (R2) sobre a modificação do contrato de arrendamento, ao contabilizar os benefícios relacionados como consequência direta da Covid-19. Como um expediente prático, um arrendatário pode optar por não avaliar se um benefício concedido pelo arrendador é uma modificação do contrato de arrendamento. O arrendatário que fizer essa opção deve contabilizar qualquer mudança no pagamento do arrendamento resultante do benefício concedido no contrato de arrendamento relacionada a Covid-19 da mesma forma que contabilizaria a mudança aplicando o CPC 06 (R2) se a mudança não fosse uma modificação do contrato de arrendamento.

O CPC estendeu o período da aplicação deste expediente prático para de 30 junho de 2022.

A revisão do CPC 06 (R2), bem como a aplicação do expediente prático não resultaram em alterações materiais para a política contábil sobre contratos de arrendamento atualmente utilizada pela Companhia.

- Alterações aos CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48 – Instrumentos financeiros, reconhecimento, mensuração e evidenciação: Reforma da taxa de referência de juros – Fase 2

As alterações aos Pronunciamentos CPC 38 e 48 fornecem exceções temporárias que endereçam os efeitos das demonstrações financeiras quando uma taxa de certificado de depósito interbancário é substituída com uma alternativa por uma taxa quase que livre de risco.

As alterações incluem os seguintes expedientes práticos:

– Um expediente prático que requer mudanças contratuais, ou mudanças nos fluxos de caixa que são diretamente requeridas pela reforma, a serem tratadas como mudanças na taxa de juros fluante, equivalente ao movimento numa taxa de mercado.

– Permite mudanças requeridas pela reforma a serem feitas nas designações e documentações de hedge, sem que o relacionamento de hedge seja descontinuado.

– Fornece exceção temporária para entidades estarem de acordo com o requerimento de separadamente identificável quando um instrumento com taxa livre de risco é designado como hedge de um componente de risco.

A segunda fase da reforma não resultou em alterações materiais qualitativas ou quantitativas, uma vez que a Companhia detém uma quantidade limitada e imaterial de passivos e ativos financeiros atrelados a taxas de referências interbancárias.

3.5 Pronunciamentos novos ou alterados, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas ainda não vigentes até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia e suas subsidiárias no Brasil, foram avaliadas e estão listadas na tabela a seguir. A Companhia e suas subsidiárias pretendem adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se aplicável, quando entrarem em vigor.

Pronunciamentos novos ou alterados	Correlação IASB	Natureza da alteração	Vigente para períodos anuais iniciados em ou após
CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas e CPC 18 (R2) – Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint venture	IFRS 10 / IAS 28	Prover orientação para situações que envolvem a venda ou contribuição de ativos entre investidor e suas coligadas	Ainda não determinado pelo IASB e CFC
CPC 27 – Ativo imobilizado	IAS 16	Prover orientação para a contabilização de transações que envolvem venda de itens produzidos antes do ativo estar disponível para uso – recursos antes do uso pretendido	1º de janeiro de 2022
Melhorias anuais às IFRS – Ciclo 2018 - 2020	N/A	Alterações às IFRS 01, IFRS 09, IFRS 16 e IAS 41	1º de janeiro de 2022
CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos contingentes	IAS 37	Contratos onerosos – custo de cumprimento do contrato	1º de janeiro de 2022
CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações contábeis	IAS 1	Fornece guias e exemplos para ajudar entidades a aplicar o julgamento da materialidade para a divulgação de políticas contábeis; e requisitos para classificação de passivo circulante e não circulante	1º de janeiro de 2023
CPC 32 – Tributos sobre o Lucro	IAS 12	Imposto diferido relacionado à ativos e passivos decorrentes de uma única transação	1º de janeiro de 2023
CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	IAS 8	Introduz a definição de 'estimativa contábeis'	1º de janeiro de 2023
CPC 50 – Contratos de seguros	IFRS 17	Adoção inicial	1º de janeiro de 2023

Até o momento não foi identificado a possibilidade de ocorrência de impactos significativos para essas normas e interpretações novas e alteradas. A Companhia pretende adotá-las, se aplicável, quando entrarem em vigor.

4 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Os investimentos que, na data de sua aquisição, têm prazo de vencimento igual ou menor que três meses são registrados como equivalentes de caixa.

	2021	2020
Numerário disponível	33	16
Operações compromissadas	-	1.351
Total	33	1.367

5 PARTES RELACIONADAS

	2021	2020
Ativo		
Contas a receber - Tucano F2	12	-
Contas a receber - Tucano F3	14	-
Contas a receber - Tucano F4	14	-
Contas a receber - Tucano F5	88	-
Contas a receber - Tucano F6	18	-
Contas a receber - Tucano F7	20	-
Contas a receber - Tucano F8	17	-
Total do ativo	183	-
Passivo		
Dividendos a pagar - Tucano Holdings II	2	2
Contas a pagar - AES Operações Brasil S.A. (anteriormente denominada AES Tietê Energia S.A.)	1	-
Total do passivo	3	2

Com o objetivo de aprimorar e fortalecer a governança corporativa do grupo, a Companhia possui uma política de partes relacionadas, que visa estabelecer e consolidar as diretrizes a serem observadas nas transações com partes relacionadas, resumidas a seguir: (i) evitar situações com potencial conflito de interesses; (ii) assegurar transparência aos acionistas, investidores e ao mercado em geral; e (iii) formalizar o compromisso das empresas em divulgar tais transações em seus relatórios financeiros.

6 OUTROS CRÉDITOS

	2021	2020
Não circulante		
Custo de transação BNB (i)	550	-
Despesas pagas antecipadamente (ii)	112	112
Total	662	112

(i) Refere-se ao custo de transação para emissão de empréstimo e financiamento junto ao BNB, emitidos no segundo trimestre de 2022, quando o montante foi reclassificado para a rubrica de Empréstimos e Financiamentos.

(ii) Refere-se a um adiantamento que será descontado quando a Companhia iniciar o pagamento dos arrendamentos.

7 IMOBILIZADO

A Companhia utiliza os critérios definidos pelo Órgão Regulador na determinação da vida útil estimada dos bens do ativo imobilizado, sendo que, no julgamento da Administração, tais vidas úteis refletem, significativamente, a vida útil econômica dos ativos.

Os bens do ativo imobilizado foram inicialmente mensurados a custo na data de aquisição, e são deduzidos das respectivas depreciações nas mensurações subsequentes.

A depreciação será calculada pelo método linear com base nas taxas determinadas pela ANEEL, quando o imobilizado estiver em operação que na avaliação da Companhia representa a vida útil dos bens.

A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento. Esses ativos são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova mensuração dos passivos de arrendamento. A Companhia reconheceu ativos de direito de uso do terreno arrendado, com vida útil definida estimada de 30 anos e depreciados a uma taxa real média de 3,67%. Para determinação da vida útil foi considerado o prazo do contrato ou o período de autorização, dos dois o menor.

A desmobilização é provisionada quando da conclusão da obra e confirmada a obrigação presente. Consiste no registro contábil do passivo não circulante em contrapartida ao imobilizado com valores que correspondem à expectativa de desembolso futuro para desmantelamento, demolição e todos os demais gastos associados à retirada de serviço de ativos de longo prazo dos Complexos eólicos. A provisão para desmantelamento será efetuada com base na estimativa desses custos apontados por uma consultoria externa, projetado até ao fim da vida útil do parque, nesse mesmo instante será definida a taxa de desconto a ser utilizada.

(a) A composição do ativo imobilizado é a seguinte:

	2021			2020
	Taxas médias anuais de depreciação (%)	Custo	Depreciação acumulada	Saldos líquidos
Edificações, obras civis e benfeitorias	2,3%	6.691	(22)	6.669
Máquinas e equipamentos	3,6%	2.740	(10)	2.730
Imobilizado em serviço		9.431	(32)	9.399
Imobilizado em curso (i)		63.818	-	63.818
Bens vinculados às concessões e autorizações		73.249	(32)	73.217
Direito de uso de terreno arrendado (ii)	3,67%	3.156	(191)	2.965
Total		76.405	(223)	76.182

	2020			2019
	Taxas médias anuais de depreciação (%)	Custo	Depreciação acumulada	Saldos líquidos
Imobilizado em curso (i)		19.437	-	19.437
Bens vinculados às concessões e autorizações		19.437	-	19.437
Direito de uso de terreno arrendado (ii)	3,67%	3.156	(86)	3.070
Total		22.593	(86)	22.507

(i) O saldo de imobilizado em curso é composto, por gastos com o início da construção do Complexo Eólico Tucano, principalmente relacionados com o contrato firmado para o fornecimento das turbinas eólicas, bem como com obras civis e elétricas. Esses ativos serão classificados como imobilizado em serviço assim que entrarem em operação.

(ii) A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento. Esses ativos são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova mensuração dos passivos de arrendamento. São depreciados linearmente pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos. A Companhia reconheceu ativos de direitos de uso dos terrenos arrendados, com vida útil definida estimada de 30 anos e depreciados a uma taxa média de 3,67%

Para determinação da vida útil foi considerado o prazo do contrato ou o período de concessão/autorização, dos dois o menor

(b) Movimentação do ativo imobilizado

A movimentação dos saldos de ativo imobilizado no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 é como segue:

	Saldos em 31 de dezembro de 2020	Adições	Transferências	Saldos em 31 de dezembro de 2021
Edificações, obras civis e benfeitorias	-	-	6.691	6.691
Máquinas e equipamentos	-	-	2.740	2.740
Imobilizado em serviço	-	-	9.431	9.431
Imobilizado em curso	19.437	53.812	(9.431)	63.818
Bens vinculados às concessões e autorizações	19.437	53.812	-	73.249
Direito de uso de terreno arrendado	3.156	-	-	3.156
Subtotal	22.593	53.812	-	76.405
Depreciação	-	(32)	-	(32)
Amortização arrendamento	(86)	(105)	-	(191)
Total líquido	22.507	53.675	-	76.182

	Saldos em 31 de dezembro de 2019	Adições	Saldos em 31 de dezembro de 2020
Imobilizado em curso	-	19.437	19.437
Bens vinculados às concessões e autorizações	-	19.437	19.437
Direito de uso de terreno arrendado	-	3.156	3.156
Subtotal	-	22.593	22.593
Amortização arrendamento	-	(86)	(86)
Total líquido	-	22.507	22.507

A Companhia revisa, no mínimo, anualmente, a existência de eventos ou mudanças que possam indicar deterioração no valor recuperável dos ativos não circulantes ou de longa duração. O valor recuperável é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de venda é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Companhia não identificou indicadores de perda do valor recuperável de seu ativo imobilizado.

8 INTANGÍVEL

Ativos intangíveis são registrados ao custo de aquisição ou pelo valor justo menos a amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Esses intangíveis possuem vidas úteis definidas com base nos contratos comerciais de concessão e autorização e são amortizados pelo método linear ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação a perda por redução do valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida útil definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, quando existentes são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

(a) A composição do ativo intangível é a seguinte

	2021		2020
	Taxas médias anuais de amortização (%)	Custo	Saldos líquidos
Direito de servidão e passagem	3,0%	288	288
Intangível em curso		2.411	2.411
Total		2.699	2.699

	2020		2019
	Taxas médias anuais de amortização (%)	Custo	Saldos líquidos
Intangível em curso		1.182	1.182
Total		1.182	1.182

(b) **Movimentação do ativo intangível:**

	Saldos em 31 de dezembro de 2020	Adições	Transferências	Saldos em 31 de dezembro de 2021
Direito de servidão e passagem	-		288	288
Intangíveis em curso (i)	1.182	1.517	(288)	2.411
Total líquido	1.182	1.517	-	2.699

	Saldos em 31 de dezembro de 2019	Adições	Saldos em 31 de dezembro de 2020
Intangíveis em curso	602	580	1.182
Total líquido	602	580	1.182

- (i) Intangível em curso refere-se a R\$223 de software, R\$1.418 de servidões e R\$ 770 de licenças ambientais para construção da usina.

9 FORNECEDORES

O saldo de fornecedores é de R\$3.939 em 31 de dezembro de 2021 (R\$1.349 em 31 de dezembro de 2020), refere-se principalmente, a custos com a construção do parque eólico.

10 TRIBUTOS A PAGAR

	2021	2020
Tributos federais		
IRRF	17	4
PIS/COFINS/CSLL sobre serviços	9	1
INSS sobre serviços	157	70
	183	75
Tributos estaduais		
ICMS	12	9
	12	9
Tributos municipais		
ISS	153	63
	153	63
Total de tributos a pagar	348	147

11 PASSIVO DE ARRENDAMENTO

Os contratos incluídos no escopo de reconhecimento e mensuração inicial referem-se à aluguel de terrenos, para os quais a Companhia passou a reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado, sendo este último demonstrado na rubrica Imobilizado (vide nota explicativa nº7).

Para definição dos contratos a serem avaliados, a Companhia considerou os contratos de arrendamento com duração igual ou superior a 12 meses e contratos de arrendamento de arrendamento de valor relevante.

O terreno foi arrendado pelo prazo remanescente do contrato principal, com vigência até novembro de 2050. Além disso, foram considerados spread bancário, prazo dos contratos de arrendamentos, garantias oferecidas e projeção de inflação média de 3,95% a.a. A taxa de desconto utilizada é de 10,08% a.a.

A movimentação do passivo arrendado no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 é como segue:

	2021	2020
Saldo inicial	3.414	-
Adoção inicial IFRS16/CPC06 (R2)	-	3.156
Encargos financeiros	344	258
Total do passivo de arrendamento	3.758	3.414

Os vencimentos futuros do passivo de arrendamento é como segue:

Fluxo futuro	
NÃO CIRCULANTE	
2023	46
2024	35
2025	38
2026	42
Após 2026	3.597
Total	3.758

12 OUTRAS OBRIGAÇÕES

	2021	2020
Cauções em garantias	2.266	2
Não circulante	2.266	2
Total outras obrigações	2.266	2

O saldo de Cauções em garantias no montante de R\$2.266 em 31 de dezembro de 2021(R\$2 em 31 de dezembro de 2020), referem-se a retenções contratuais de fornecedores, representando uma garantia para a Companhia, a ser paga no término da obra..

13 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital Social

Em 31 de dezembro de 2021 o quadro acionário da Tucano F1 Geração de Energias SPE S.A., é composto como segue:

	2021		2020	
	Ordinárias		Ordinárias	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Tucano Holding II	87.591	100	174.673	100
Total	87.591	100	174.673	100

Em 2021 foi realizado a integralização de capital no montante de R\$ 49.331 em moeda corrente pela Tucano Holding II S.A., e redução de capital subscrito no montante de R\$ 87.092, sem efeito caixa.

Destinação do resultado

O estatuto social da Companhia estabelece a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios correspondentes a 2% do lucro líquido ajustado na forma prevista no artigo 202 da Lei 6.404/76. Adicionalmente, de acordo com o estatuto social, compete ao Conselho de Administração deliberar sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio e de dividendos intermediários e/ou intercalares.

Os dividendos e os juros sobre o capital próprio são reconhecidos como passivo circulante nas seguintes ocasiões: (i) dividendos intermediários e/ou intercalares - quando de sua aprovação pela

Reunião do Conselho de Administração (RCA); (ii) se aplicável, o valor equivalente ao dividendo mínimo obrigatório ainda não distribuído no curso do exercício social; (iii) dividendos adicionais propostos no encerramento do exercício - quando de sua aprovação pela AGO, e (iv) juros sobre o capital próprio - quando de sua aprovação pela RCA ou AGO.

O benefício fiscal dos juros sobre o capital próprio é apropriado ao resultado do exercício, na mesma competência do reconhecimento das despesas com juros sobre o capital próprio.

	2021	2020
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	(133)	97
Constituição de reserva legal (5%)	-	(5)
Base para pagamento de dividendos	(133)	92
Destinação:		
Dividendos mínimos obrigatórios (2%)	-	2
Dividendos adicionais propostos	-	90
Total destinado	-	92

A Companhia utilizou o montante de dividendos adicionais propostos, destinados em 2020, no montante R\$90, para absorção de parte do prejuízo do exercício, apresentado no exercício findo em 31 de dezembro de 2021. Sua aprovação ocorrerá em AGO.

14 GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	2021	2020
Serviços de terceiros	(101)	(6)
Depreciação	(32)	-
Total	(133)	(6)

Estão inclusos em gerais e administrativas os desembolsos com serviços de terceiros contratados para atividades profissionais de auditoria externa, publicações legais, locação de equipamentos de informática, entre outros.

15 RESULTADO FINANCEIRO

	2021	2020
Receitas financeiras		
Renda de aplicações financeiras	8	153
Variações monetárias	3	-
PIS e COFINS sobre receita financeira	(1)	(7)
Total	10	146
Despesas financeiras		
Tarifas e Encargos Bancários	(4)	(12)
Outras despesas financeiras	(2)	-
Total	(6)	(12)
Total líquido	4	134

16 INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTOS DE RISCOS

16.1 Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço.

O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação podem incluir o uso de transações recentes de mercado (com isenção de interesses), referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar, análise de fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação.

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia são como segue:

	Notas	2021		2020		Categoria
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	
ATIVO (Circulante e não circulante)						
Caixa e equivalentes de caixa	4	33	33	1.367	1.367	Custo amortizado
Total		33	33	1.367	1.367	
PASSIVO (Circulante e não circulante)						
Fornecedores	9	3.939	3.939	1.349	1.349	Custo amortizado
Dividendos a pagar		2	2	2	2	Custo amortizado
Passivo de arrendamento	11	3.758	3.758	3.414	3.414	Custo amortizado
Total		7.699	7.699	4.765	4.765	

Os instrumentos financeiros da Companhia estão classificados no **nível 2**.

O caixa e equivalentes de caixa estão classificados como custo amortizado.

16.2 Hierarquia do valor justo

A mensuração dos instrumentos financeiros, demonstrada na nota acima, está agrupada em níveis de 1 a 3, com base no grau em que seu valor justo é cotado:

- Nível 1 – preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2 – outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente; e,
- Nível 3 – técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, não houve transferência decorrente de avaliação de valor justo entre os níveis 1 e 2, tampouco com o nível 3.

16.3 Gerenciamento de riscos

A Companhia está exposta principalmente a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez, além de riscos adicionais descritos nesta nota explicativa. A ocorrência de qualquer um dos riscos abaixo poderá afetar adversamente a Companhia, podendo causar um efeito em suas operações, sua condição financeira ou em seus resultados operacionais. A estrutura de gerenciamento de riscos, assim como os principais fatores de riscos estão descritos a seguir:

(a) Estrutura de gerenciamento de riscos

A estrutura organizacional de gerenciamento de riscos da Companhia conta com as áreas de Gestão de Riscos, Controles Internos, Auditoria Interna e Ética e Compliance.

Gestão de Riscos

A Política de Gestão de Riscos tem como objetivo fornecer as diretrizes gerais para a Gestão de Riscos da Companhia, visando conceituar e documentar os princípios de Gestão de Riscos e atividades relacionadas.

A diretoria de Gestão de Riscos é responsável por disseminar a cultura de gestão de riscos estratégicos, obter o grau de exposição a risco ao qual a Companhia está exposta, definir padrões a serem seguidos pela Companhia no que tange Gestão de Riscos, supervisionar e controlar relatórios de risco e definir gestores e responsáveis pelos riscos nas áreas de negócio.

É de responsabilidade do Conselho de Administração avaliar e deliberar sobre as questões de Gestão de Riscos estratégicos, incluindo aprovar e avaliar política e modelo de Gestão de Riscos.

A Diretoria exerce a função de assegurar a avaliação dos riscos estratégicos e planos de ação recomendados para a mitigação dos riscos.

Os riscos estratégicos podem ser categorizados como riscos estratégico, financeiro, compliance, tecnologia, operacional, mercado, legal, regulatório, ambiental e crédito.

A Diretoria também deve fornecer sua percepção em relação aos riscos tangíveis e intangíveis aos quais suas respectivas áreas de negócios estão expostas.

Controles Internos

A área de Controles Internos, que se reporta à Gerência de Controladoria, tem como principal atribuição assessorar as áreas de negócio na revisão dos processos e implementação de controles que mitiguem riscos e assim garantir a exatidão das demonstrações financeiras e o cumprimento das leis, normas, regulamentos e/ou políticas internas.

Auditoria Interna

A controladora da Companhia conta também com uma Gerência de Auditoria Interna atua em três segmentos: operacional, financeiro e tecnologia da informação. O primeiro segmento avalia os processos e procedimentos ligados à operação da Companhia, o segundo avalia as demonstrações contábeis e os controles associados, enquanto o terceiro avalia os controles de segurança da informação.

A controladora da Companhia realiza anualmente uma autoavaliação de seu ambiente de controle com o objetivo de validar a efetividade dos controles-chave implementados para mitigar o risco de erros significativos nas demonstrações financeiras da Companhia. Em caso de identificação de pontos de melhoria, a Companhia elabora planos de ação, definindo prazos e responsabilidades. O resultado desta avaliação e o status dos planos de ação são periodicamente comunicados à Administração da Companhia, ao Comitê de Auditoria e ao Conselho Fiscal. O plano anual de auditoria é elaborado em conformidade com o resultado de avaliação de riscos e tem como principal objetivo prover avaliação independente sobre riscos, ambiente de controle e deficiências significativas que possam impactar as informações contidas nas demonstrações financeiras e processos da Companhia. Eventuais deficiências ou não conformidades encontradas são remediadas por meio de planos de ação estabelecidos pelos responsáveis dos processos, revisados pela área de Controles Internos, caso possuam impacto nas demonstrações financeiras, e sua implementação é devidamente acompanhada pelas áreas de Controles Internos, se aplicável, e de Auditoria Interna. O plano de auditoria é aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia e os resultados das auditorias comunicados ao Comitê de Auditoria.

Ética e Compliance

A Companhia está comprometida em manter os mais altos padrões éticos e legais em todas as suas transações comerciais. Para tanto, potenciais parceiros de negócios são submetidos a um processo de análise e aprovação interna da Companhia, conduzido pela área de Ética e Compliance da

Diretoria jurídica, cujo principal objetivo é “conhecer” os seus parceiros e avaliar os riscos trazidos pelas transações a serem analisadas.

A Companhia disponibiliza diversos meios para que qualquer pessoa possa reportar suspeitas de violações do Guia de Valores (Código de Conduta), Leis ou Políticas da empresa, tais como: o Departamento de Ética e Compliance da AES, por meio de seus membros ou por e-mail, assim como por meio do AES Helpline, através da página na internet ou telefone.

A Companhia ainda conta com uma Política de Não Retaliação contra aqueles que de boa-fé trouxeram ao conhecimento da empresa qualquer situação de não conformidade ou suspeita de violação de assuntos de Ética e Compliance.

Em caso de denúncia ou suspeita de fraude ou irregularidade, a questão será investigada pela área de Ética e Compliance e com base na conclusão do processo investigativo, medidas de remediação apropriadas - sejam medidas administrativas, mudanças de controles, implementação ou ajuste de processos, etc. - serão tomadas tempestivamente. Se houver um eventual impacto material nas demonstrações contábeis, os dados gerados pelo processo investigativo serão devidamente informados à governança da Companhia, incluindo alta Administração e Conselho de Administração, com as respectivas ações tomadas e planos de remediação.

(b) Riscos resultantes de instrumentos financeiros

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

(b.1) Risco de gerenciamento de capital

A Companhia controla sua estrutura de capital de acordo com as condições macroeconômicas e setoriais, de forma a possibilitar os pagamentos de dividendos, maximizar o retorno de capital aos acionistas, bem como a captação de novos empréstimos e emissões de valores mobiliários junto ao mercado financeiro e de capitais, entre outros instrumentos que julgar necessário.

De forma a manter ou ajustar a estrutura de capital, a Companhia pode revisar a sua prática de pagamento de dividendos, aumentar o capital através de emissão de novas ações ou vender ativos para reduzir o nível de endividamento, se for o caso.

(b.2) Risco de liquidez

O risco de liquidez acontece com a dificuldade de cumprir com obrigações contratadas em datas previstas.

A Companhia adota como política de gerenciamento de risco: (i) manter um nível mínimo de caixa como forma de assegurar a disponibilidade de recursos financeiros; (ii) monitorar diariamente os fluxos de caixa previstos e realizados, (iii) manter aplicações financeiras com vencimentos diários ou que fazem frente aos desembolsos, de modo a promover máxima liquidez; (iv) estabelecer diretrizes para contratação de operações de hedge exclusivamente para mitigação dos riscos financeiros da Companhia, bem como a operacionalização e controle destas posições.

A tabela a seguir apresenta informações sobre os vencimentos futuros dos passivos financeiros da Companhia. As informações refletidas na tabela incluem os fluxos de caixa de principal e juros.

Posição em 31 de dezembro de 2021	Menos de 3 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais que 5 anos	TOTAL	2020
Fornecedores	3.939	-	-	-	3.939	1.349
Passivo de arrendamento	-	81	80	3.597	3.758	3.414
Total	3.939	81	80	3.597	7.697	4.763

(c) Outros riscos considerados relevantes

(c.1) Risco de alterações na legislação tributária do Brasil

Alterações na legislação tributária podem gerar eventuais impactos na Companhia. Estas alterações podem, por exemplo, incluir mudanças nas alíquotas dos tributos vigentes, instituição de novos tributos em caráter permanente ou temporário, supressão de benefícios fiscais, cuja arrecadação seja associada a determinados propósitos governamentais específicos. Uma vez que algumas dessas medidas resultem em aumento da carga tributária, poderão influenciar a lucratividade e o resultado financeiro da Companhia. Somente a partir da divulgação do eventual ajuste fiscal é que a Companhia terá condições de avaliar eventuais impactos em seu negócio, inclusive no que se refere à manutenção de seus preços, seus fluxos de caixa projetados ou sua lucratividade. Por fim, vale destacar que eventuais alterações à legislação tributária não produzem efeitos imediatos, de modo que a Companhia não deve ser impactada no mesmo instante em que forem promovidas.

(c.2) Risco socioambiental

A instalação e operação de empreendimentos voltados à geração de energia elétrica utilizam e/ou interferem em recursos naturais e podem causar impactos ambientais. Portanto, as atividades da Companhia estão sujeitas a diversas leis e regulamentos ambientais que estabelecem padrões de qualidade e de proteção ambiental que devem ser respeitados e que, se violados, podem sujeitar os infratores às sanções administrativas, cíveis e criminais, além da obrigação de reparação de danos ambientais.

As diretrizes ambientais adotadas pelas sociedades pertencentes ao Grupo econômico da Companhia, baseiam-se, entre outros, no princípio de prevenção, na responsabilidade social e no cumprimento da legislação ambiental aplicável ao setor em que atuam. O gerenciamento ambiental de todas as atividades das empresas do Grupo AES no Brasil é realizado com foco na proteção ao meio ambiente, na prevenção à poluição, atendimento à legislação e melhoria contínua de seus processos, inclusive por meio da sua Política de Sustentabilidade, considerando de forma equilibrada aspectos econômicos, ambientais e sociais.

17 COMPROMISSOS FUTUROS ASSUMIDOS

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possui os seguintes compromissos contratuais relevantes não reconhecidos nas demonstrações contábeis:

Posição em 31 de dezembro de 2021	2022	2023	2024	2025	2026	Após 2026	TOTAL	2020
Mordenização e manutenção de usinas	4.525	382	-	-	-	-	4.907	1.349
Total	4.525	382	-	-	-	-	4.907	1.349

18 INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES AO FLUXO DE CAIXA

As principais transações que não impactaram caixa e equivalentes de caixa da Companhia foram as seguintes:

	2021	2020
Direitos de uso do terreno arrendado	-	3.156
Fornecedores (i)	2.590	1.349
Redução de Capital	87.082	-
Total	89.672	4.505

- (i) Este efeito não caixa trata-se de aquisições de ativo imobilizado em curso.

19 EVENTOS SUBSEQUENTES

Empréstimos

Em julho de 2021 foi firmado um contrato de financiamento junto ao Banco do Nordeste do Brasil no montante de R\$95.893. A operação possui custo de IPCA + 2,26% a.a., prazo de 24 anos. A operação é garantida por uma fiança bancária emitida pelo Safra cobrindo 100% do saldo desembolsado, garantia essa exigida por praxe pelos financiamentos contratados junto ao BNB.

Em 30 de abril e 11 de maio de 2022, a Companhia recebeu os respectivos valores de R\$36.994 e R\$49.311 referentes ao empréstimo firmado junto ao BNB, tendo por objetivo a implantação da central geradora de energia de origem eólica denominada Parque Eólico Tucano.

Integralização de Capital

No período de janeiro a março de 2022 a AES Tucano Holding II S.A realizou a integralização de capital no montante de R\$ 18.046.

Aporte de capital

Em 31 de agosto de 2022 foi aprovado um aumento de capital social da Companhia no valor de R\$ 8.303 mediante a emissão de 8.302.540 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Liberação para operação comercial

Por meio do despacho nº 3.341 emitido pela ANEEL em 22 de novembro de 2022, a Tucano F1 Geração de Energias SPE S.A., teve a liberação das unidades geradoras, com capacidade instalada de 18,6 Mw, para início de operação em teste a partir de novembro de 2022.

Apesar de despacho nº 3.341 liberar o início da operação comercial a partir de 23 de novembro de 2022, a Companhia tem expectativa de que seja iniciada em fevereiro de 2023.